

## Método de abstração em 'O Capital' de Karl Marx

### Method of abstraction in Karl Marx's 'Capital'

André de Góes Cressoni  
Doutorando em Filosofia pela UNICAMP

**Resumo:** Este artigo busca caracterizar que o método de abstração em Marx é usado para aponar a lógica imanente do sistema capitalista para descobrir o conceito de capital. O objetivo aqui é apontar algumas das principais categorias envolvidas, tais como: substância, interior e exterior, possibilidade, realidade, efetividade. Para tanto, serão exploradas algumas passagens essenciais de todos os três livros de *O Capital*, explorando também a *Ciência da Lógica* de Hegel, buscando ter uma análise paralela das questões envolvidas.

**Palavras-chave:** Dialética; Capitalismo; Abstração; Marx; Hegel.

**Abstract:** This paper aims to characterize that the method of abstraction in Marx is used to point out the immanent logic of the capitalist system to figure out the concept of capital. The aim here is to point out some of the main categories involved, such as: substance, interior and exterior, possibility, reality, effectivity. For so, it will be explored some essential passages in all three books of Marx's *Capital*, exploring as well Hegel's *Science of Logic*, seeking to have a parallel analysis of the matters involved.

**Keywords:** Dialectics; Capitalism; Abstraction; Marx; Hegel.

### Introdução

Ao nos propormos estudar o método de abstração em *O Capital* de Karl Marx, sabemos que trata-se de uma das inúmeras tarefas rumo a uma mais ampla e profunda compreensão do método expositivo da obra. Esta problemática do método de exposição (*Darstellungsweise*), que aparece como um dos maiores obstáculos na história do marxismo, consiste ao mesmo tempo num dos passos mais decisivos para um estudo que faça justiça à análise de Marx sobre a natureza do sistema capitalista de produção. Na nossa compreensão, o método de exposição foi pouco ou superficialmente tratado na literatura de interpretação da crítica da economia política marxista. Neste sentido é que nos propomos a explorar as relações entre o método de exposição e o método de abstração em *O Capital*.

Se a abstração aparece como ponto sempre presente no debate metodológico da dialética de Marx, há uma tendência a reduzir o método expositivo ao método de abstração, sem atentar para os fatores que envolvem a já tão debatida transição dialética abstrato-concreto. Essa tendência resultaria de uma falta de compreensão da natureza expositiva intrínseca à dialética, presente não somente em *O Capital*, mas na tradição dialética, como em seus mais conhecidos expoentes em Platão e Hegel.

Apesar da literatura marxista estar esclarecida quanto ao intuito de Marx em expor as leis internas do sistema capitalista, não levam às últimas consequências a dialética do conceito de capital que a obra de Marx busca elaborar. Por isso caem no erro de afirmar que a função da abstração em *O Capital* proviria tão somente da dificuldade em compreender a realidade do sistema produtivo como tal:

O que se investiga é o mundo dos fenômenos empiricamente dados, o mundo dos fenômenos concretos. Mas este mundo é demasiado complicado para que possa ser conhecido diretamente. Só podemos aproximarmo-nos dele de um modo gradual (GROSSMANN, 1984, p.03).

O método expositivo reduzido à abstração ficaria, deste modo, relegado a uma relação externa e, por isso, estranha ao desenvolvimento lógico interno das categorias. Do mesmo modo, a dialética entre essência e aparência é meramente apontada, não levando a sério a importância desta transição para o método expositivo da obra, deixando de explorar, ao mesmo tempo, no interior da problemática abstrato-concreto, a transição entre possibilidade e efetividade.

Para a compreensão da natureza expositiva da dialética de *O Capital* é mister operar, como indica Lenin, um contraponto com a *Ciência da Lógica* de Hegel. Ali a dimensão trinitária da dialética essência-aparência, possibilidade-efetividade e abstrato-concreto coloca-se de maneira esclarecedora para o intuito desta dissertação.

O ponto nodal da crítica apresentada aqui consiste em demonstrar que a abstração, como processo de purificação dos elementos perturbadores da análise, não se reduz à dificuldade de apreensão da realidade do sistema, mas se refere muito mais ao intuito

de Marx em desenvolver o conceito concreto de capital a partir das condições lógicas de possibilidade do mesmo. A abstração deve ser desenvolvida dialeticamente, de modo que a possibilidade lógica dá lugar à efetivação do sistema como um todo. O método expositivo deve abranger, por isso, os níveis de efetividade do conceito de capital, de modo que as leis internas e abstratas ganham corpo e vida. Somente neste sentido se pode compreender a interpenetração entre o método expositivo e a lógica interna do sistema, colocando o método de abstração no seu lugar correto dentro da arquitetônica de *O Capital*.

No intuito de explorar a passagem dialética abstrato-concreto, são esclarecedoras as análises operadas por Rosdolsky em sua obra *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*, quando atenta para a diferença entre o conceito de capital em geral e a pluralidade de capitais. Já estando presente nos *Grundrisse*, esta separação é fundamental, no sentido de colocar uma diferenciação entre as leis imanentes do sistema capitalista e as formas como as mesmas se manifestam. Por isso, antes de “compreender as formas de manifestação, primeiro é necessário investigar o que se manifesta nelas” (ROSDOLSKY, 2001, p.51).

Nisto consistiria o erro de grande parte da economia política, principalmente a economia política vulgar, que, se prendendo às representações imediatas do sistema, não compreende que a “competição em geral, essa força locomotiva essencial da economia burguesa, não estabelece suas leis, mas é na verdade seu executor” (MARX, 1993, p.552). Isso se justifica, segundo Marx, pelo fato de que “cada capital particular tem de ser considerado apenas como fração do capital global” (MARX, 1988, p.160 [C. III, vol. IV]).

Esta concepção resulta da busca de Marx em elaborar uma crítica da economia política de maneira científica, isto é, debatendo o próprio método e a própria teoria do conhecimento da economia política até então. Não basta explorar o sistema capitalista no movimento dos diversos capitais. Uma teoria crítica científica, ou epistêmica, da economia política deve fundamentar-se nos postulados sobre os quais os diversos capitais perfazem seu movimento, pois estes compõem-se de uma multiplicidade de categorias que ocultam as leis universais do sistema, de modo que na esfera superficial da “concorrência aparece, pois, tudo invertido” (MARX, 1988, p.160 [C. III, vol. IV]). É por isso que “uma análise científica da concorrência só

é possível depois de se compreender a natureza interna do capital” (MARX, 1988, p.240 [C. I, vol. I]).

Entretanto, o que constitui precisamente aquilo que chamamos, de um lado, de crítica científica da economia política e, de outro lado, a multiplicidade de categorias que compõe o movimento da concorrência? Estas duas questões são de fundamental importância para a delimitação da problemática a ser explorada aqui.

### **A Determinação do valor**

O fio condutor que permite operar tanto a diferenciação entre capital em geral e a pluralidade de capitais, quanto traçar a linha progressiva que interpenetra estas duas dimensões, consiste em que “o que a concorrência *não* mostra é a determinação do valor” (MARX, 1988, p 159 [C. III, vol. IV]). Esta frase, bem compreendida, indica todo o percurso que deve ser operado para explorar corretamente o método dialético de Marx. Pois se o preço de produção, tal como surge somente pela concorrência, deriva do preço de custo, este, por sua vez, “recebe a falsa aparência de uma categoria da própria produção de valor” (MARX, 1988, p. 24 [C. III, vol. IV]), uma vez que “na formação aparente do preço de custo não se reconhece nenhuma diferença entre capital constante e variável” (MARX, 1988, p 29-30 [C. III, vol. IV]).

A categoria de preço de custo só surge na medida em que se horizontaliza a relação entre capital constante e variável, de modo que se oculta a verdadeira fonte do valor, o capital variável. A força de trabalho aparece, portanto, meramente como valor, ao lado de todas as outras categorias que se conjugam no capital. Porém, se “no adiantamento de capital”, que constitui o preço de custo, “a força de trabalho conta como *valor*”, por outro lado, “no processo de produção ela funciona como *formadora de valor*” (MARX, 1988, p 25 [C. III, vol. IV]).

Do mesmo modo o lucro. Uma vez que o lucro é decorrente diretamente da categoria de preço de custo, ali “a mais-valia aparece na forma transmutada de lucro” (MARX, 1988, p 30 [C. III, vol. IV]), isso porque “a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos” (MARX, 1988, p 34

[C. III, vol. IV]). Se, como indicamos, 'o que a concorrência não mostra é a determinação do valor', isso ocorre porque "todas as partes do capital aparecem igualmente como fontes de valor excedente (lucro)", e daí resulta que "a relação-capital é mistificada" (MARX, 1988, p 35 [C. III, vol. IV]).

Outras categorias surgem na superfície do capital, mas sua análise deve seguir a mesma estrutura metodológica que se volta para a as leis fundamentais do sistema, a partir do qual surgem as formas aparentes. Portanto, o que precisamente se mostra como necessário explorar na natureza interna do capital é a 'determinação do valor', sua formação tal como de fato ocorre, sem confundir as partes do capital que compõe o valor. Neste íterim é de fundamental importância a diferenciação interna do capital em capital constante e variável e, a partir disso, a formação da mais-valia.

Na última seção de *O Capital* Marx elabora reflexões de profundidade significativa que apontam para o desenvolvimento último da lógica imanente da determinação do valor. O capital constante e variável compõe o que Marx chama de processo imediato de produção, onde as leis da exploração e da acumulação são analisadas no Livro I.

Nesta Parte Sétima, última, do Livro III, entretanto, chega-se ao último nível expositivo de *O Capital*. Trata-se ali de analisar a sociedade a partir das classes que a compõe e desmistificar o processo produtivo, portanto, a partir deste ponto de vista. Deixa-se de lado a terminologia "processo imediato de produção", e passa-se a utilizar "processo real de produção", ou seja, a unidade entre o processo imediato de produção e o processo de circulação, que, porém, devido às novas configurações que se estabelecem, também obscurece as relações internas do sistema: (...) o processo real de produção, como unidade do processo imediato de produção e do processo de circulação, gera novas configurações, em que cada vez mais se perde o fio da conexão interna, as relações de produção se autonomizam umas em relação às outras e os componentes de valor se ossificam entre em formas autônomas (MARX, 1988, p 260 [C. III, vol. IV]).

O processo imediato de produção se insere num nível de maior abstração, onde só se analisam os elementos mais simples e imediatos. Rumo ao conceito de capital, o processo real de produção já não é abstrato, pois inclui a dimensão antitética da esfera da

circulação, junto também aos fatores da superfície do sistema, de modo que o processo antes abstrato de produção atingiu seu conceito, isto é, é agora efetivo, pois é unidade em processo de todas as suas determinações e contradições. Como vimos, Marx faz um retorno ao primeiro capítulo do Livro I, onde se trata da mercadoria, e revela aquilo que é resultado não-hipotético, e que situava-se pressuposto naquele momento inicial: o valor da mercadoria consiste, em última instância, na divisão da renda entre as três classes sociais, e por isso o valor da mercadoria divide-se em juro (lucro), renda fundiária e salário.

### **A dialética interior – exterior**

Aqui, trata-se já de ter em mãos todo o percurso realizado, todo o sistema produtivo desenvolvido e desvelado, o nível mais concreto e efetivo das relações sociais, onde o verdadeiro fundamento pressuposto é posto pela exposição de modo não-hipotético, que se revela enquanto luta entre as classes sociais. Portanto, depois de transcorridos os fenômenos do processo social, tanto em nível interno e externo, Marx analisa, nesta última seção do Livro III, o sistema social do ponto de vista das classes que a compõe, a síntese última na análise do conceito de capital. Não se trata mais, portanto, de uma 'representação caótica do todo', como ele afirma ao tratar de uma análise que não destrinche o desenvolvimento das relações lógicas internas do sistema.

É necessário, nesse sentido, tratar da questão dialética entre interior e exterior, que busco, aqui, na *Ciência da Lógica* tal como se apresenta em sua *Enciclopédia* de Hegel: “É um erro habitual da reflexão tomar a *essência* como algo simplesmente *interior*. Se tomada simplesmente assim, então essa consideração é também uma consideração puramente *exterior*, e essa essência é a abstração exterior vazia” (HEGEL, 1995, p.261).

No sistema hegeliano, a natureza adquire um lugar específico no desenvolvimento lógico do real. Os organismos vivos são regidos por uma finalidade interna, mas de modo que repetem incessantemente a forma universal do gênero. Este *télos* realiza o conceito somente em si, sendo portanto um limite intrínseco aos organismos naturais, circulando em um movimento livre somente

interno, em si, sem a capacidade de romper o mundo ordenadamente cíclico para transformar em exterioridade este seu livre movimento.

Vemos, na lógica hegeliana, este mover-se da necessidade à liberdade. Num primeiro momento, trata-se da “Lógica objetiva do ser, como necessidade totalmente exterior da passagem do Mesmo ao Outro” (BOURGEOIS, 2005, p. 07); logo depois, passa-se pela análise da essência: negação e interiorização do ser, mas que não encontra ainda um *ter* dela mesma; até que, enfim, chega-se à “Lógica subjetiva do conceito, como um tal ter dela mesma pelo Si que o apropria, em *se* contradizendo, como mediação de sua liberdade” (BOURGEOIS, 2005, p. 07). Daí o momento do espírito, que se instaura na modernidade com o *cogito* cartesiano, onde o pensamento prende-se somente a si mesmo, abstraindo de tudo o que é finito e mantendo-se junto a si na sua infinidade.

Para Hegel, porém, o *cogito* cartesiano apenas antecipa a ideia do espírito, pois o espírito é o presente efetivo, o fazer que se auto-produz, mas que não está posto aparte das circunstâncias, pois está no mundo e age no mundo. Sua infinitude é uma interiorização do finito, e o limite das circunstâncias do tempo e da natureza é interiorizado na sua liberdade suprema. É por isso que, ao tratar da Ideia em sua lógica, Hegel a inicia abarcando o tema da vida, pois a ideia consiste da unidade da vida imediata e da consciência, que é a vida em sua totalidade. Assim, a vida em sua imediaticidade, aquela vida lógica comum a todo ser vivo, ganha a universalidade do gênero e se constitui como conhecimento teórico e prático, âmbitos do espírito que se instaurou. Esta consciência assim surgida deve, entretanto, unificar-se com a vida ganhando o estatuto de ideia absoluta.

“A ideia, como processo, percorre três graus em seu desenvolvimento. A primeira forma da ideia é a *vida*, isto é, a ideia na forma da imediatez. A segunda forma é a da mediação ou da diferença, e isso é a ideia enquanto *conhecimento*, que aparece na dupla figura de ideia *teórica* e de ideia *prática*. O processo do conhecimento tem por seu resultado a restauração da unidade enriquecida pela diferença; e isso dá a terceira forma de *ideia*, por isso *absoluta* – último grau do processo lógico que se demonstra ao mesmo tempo como o verdadeiramente primeiro, e o essente só por si mesmo” (HEGEL, 1995, p. 353).

Trata-se, portanto, de um movimento de exteriorização no tempo do que ela já é em si. A dialética está, por isso, como diz Bourgeois, em tudo que tem um sentido ou um ser marcado, determinado, pois é contraditório nele mesmo: “A contradição, dialeticamente mobilizada, toca toda realidade ou idealidade determinada, isto é, finita, na medida em que ela é absolutamente idêntica a si e se separa ou se abstrai assim do todo e, portanto, do que neste, é outro que não ela” (BOURGEOIS, 2005, p. 03).

Este movimento contraditório de interior-exterior é apontada por Hegel justamente onde trata da Relação, desenvolvido como passagem para a última seção da Doutrina da Essência, a Efetividade. Daí Hegel afirmar:

“A força – enquanto é o todo que em si mesmo é a relação negativa a si – consiste em repelir-se de si e em *exteriorizar-se*. Mas já que essa reflexão-sobre-Outro, a diferença das partes, é igualmente reflexão-sobre-si, a exteriorização é a mediação pela qual a força, que retorna si mesma, é enquanto força. Sua exteriorização é, ela mesma, o suprasumir da diversidade dos dois ladoS, que está presente nessa relação, e o pôr da identidade que *em si* constitui o conteúdo. Sua verdade é, por isso, a relação cujos dois lados só são diferentes como *interior* e *exterior*.” (HEGEL, 1995, p.260).

E Hegel acrescenta, mais adiante, diferenciando de modo esclarecedor aquilo que no conhecimento dialético-conceitual é diverso ao do conhecimento representativo, isto é, da reflexão.

“A relação do interior e do exterior, enquanto unidade das duas relações precedentes, é ao mesmo tempo a suprasunção da mera relatividade e do fenômeno em geral. Ora, quando o entendimento sustenta, não obstante, o interior e o exterior em sua separação, aí esta um par de formas vazias; uma é tão nada quanto a outra. É de grande importância (...) apreender corretamente o que ocorre mesmo na relação do interior e do exterior, e preservar-se do erro [que pretende] que só o *interior* é o essencial que verdadeiramente importa; e, ao contrário, o exterior é o inessencial e indiferente” (HEGEL, 1995, p.262).



Aquilo que é compreendido como interior deve se externalizar no processo de desenvolvimento lógico das categorias, onde, portanto, “o que está *pressuposto* é posto pelo próprio processo de *ex-posição*” (BENOIT, 1996, p.89). Em Marx, em *O Capital*, o preço de custo é a externalização das categorias capital constante e variável, mediadas pelas de capital fixo e circulante, assim como a mais-valia se externaliza na superfície social na forma de lucro e lucro médio.

É de fundamental importância compreender este processo entre interior e exterior nas duas dimensões que perseguimos entre capital em geral e pluralidade de capitais, de modo que “a lei interna só se impõe por intermédio de sua concorrência, de sua recíproca pressão de uns sobre os outros” (MARX, 1988, p.294 [C. III, vol. V]). Este impor-se da lei interna é justamente seu processo de externalização que, na relação entre os capitais, as leis da exploração se efetivam. Na medida, portanto, em que a passagem do interior para o exterior se realiza, vemos surgir ao mesmo tempo sua identidade, que consiste justamente na efetividade. Retomamos Hegel: “Pela exteriorização da força, o interior é *posto* na existência; esse *pôr* é o *mediar* através de abstrações vazias; desvanece em si mesmo em direção à *imediatez*, em que o *interior* e o *exterior* são *em si e para si* idênticos, e sua diferença é determinada somente como ser-posto. Essa identidade é a *efetividade*” (HEGEL, 1995, p.265).

A identidade entre interior e exterior realiza-se como efetividade, isto é, consiste no momento em que as leis internas põem-se na realidade, no que Hegel chamou aqui de ‘imediatez’, ou seja, na superfície do real, naquilo que imediatamente aparece. Assim, as formas tais como aparecem na superfície do sistema social são, logicamente compreendidas, a externalidade a partir do interior.

Esta passagem é o momento essencial que compreende o processo de ir do abstrato ao concreto. Entretanto, do mesmo modo, a análise da possibilidade é fundamental para a compreensão do conceito de abstração, já que a possibilidade é o essencial da efetividade, pois, uma vez que “a efetividade é, contudo, o que há de mais abrangente”, por isso mesmo “em si contém a possibilidade como um momento abstrato” (HEGEL, 1995, p.269).

“Enquanto *identidade* em geral, ela [a efetividade (AC)] é, antes de tudo, a *possibilidade*; a reflexão-

sobre-si, enquanto se contrapõe à unidade *concreta* do efetivo, é posta como *essencialidade inessencial e abstrata*. A possibilidade é o essencial para a efetividade, mas de tal modo que seja ao mesmo tempo possibilidade *apenas*” (HEGEL, 1995, p.268).

A própria efetividade, entretanto, carrega sua mácula, na medida em que constitui-se enquanto exterioridade contingente, isto é, como efetividade ainda imediata: “Porém, o efetivo, em sua diferença da possibilidade, enquanto esta é a reflexão-sobre-si, ele mesmo é só o concreto *exterior*, o Imediato *inessencial*. Ou seja: imediatamente, enquanto é primeiro como unidade simples, ela mesma imediata, do interior e do exterior, o efetivo é como exterior *inessencial*” (HEGEL, 1995, p.270). É preciso, por isso, distinguir entre os níveis de efetividade do conceito.

### **Os níveis de efetividade do conceito**

Se a efetividade é a identidade entre interior e exterior, por outro lado, essa identidade só foi realizada de modo imediato. Assim, para o nosso objetivo, a pluralidade de capitais, ou a concorrência, de fato realiza a identidade entre as leis internas e as formas aparentes exteriores, na superfície social. Porém, ao nosso ver, seria uma falha metodológica grave não fazer a distinção entre os níveis de efetividade do conceito de capital.

Neste sentido, Rosdolsky é vítima deste erro, pois há uma diferença de níveis lógicos nas análises do Livro III, onde Rosdolsky aponta estar Marx investigando a pluralidade de capitais. Ao contrário, há uma diferença de níveis de efetividade lógica entre a análise da concorrência, a maior parte do Livro III, e aquela tal como aparece na última seção do Livro III de *O Capital*, onde se investigam as relações capitalistas pela ótica da fórmula trinitária, ou seja, das classes sociais. Marx não está mais, ali, no nível da concorrência, pois além da pluralidade de capitais há um nível ainda maior de desenvolvimento do conceito de capital, onde, portanto, as classes surgem como momento que “compreende todos os segredos do processo de produção social” (MARX, 1988, p.251 [C. III, vol. V]). Assim, a pluralidade de capitais não contém, em si, todas as relações

sociais, pois ainda não havia ali, por exemplo, a renda fundiária, nem a compreensão da interconexão entre as três fontes de renda.

Esta efetividade imediata e contingente corresponderia, em Marx, àquelas figuras mais superficiais na pluralidade de capitais, tais como lucro médio, preço de produção, assim como dos capitalistas empresários, comerciantes e banqueiros, as figuras de lucro, juro e crédito, até chegar, segundo as determinações essenciais do sistema produtivo, à uma efetividade mais completa, aquela das classes sociais, que abarcam em si o todo, e são, como diz Marx, o concreto.

“Ora, a efetividade imediata, em geral, enquanto tal não é o que deve ser, e sim uma efetividade quebrada em si mesma, finita; e sua determinação é ser consumida. Mas o outro lado da efetividade é sua essencialidade (...). Como possibilidade suprassumida, é o surgir de uma nova efetividade, que tinha por pressuposto a primeira efetividade imediata (...). Desse modo, vem-a-ser uma totalmente outra figura das coisas; e também nada de outro vem-a-ser: pois a primeira efetividade é somente posta segundo sua essência” (MARX, 1988, p.273 [C. III, vol. V]).

De fato, a pluralidade de capitais não fecha o processo lógico do conceito de capital. Esta efetividade imediata, que constitui a pluralidade de capitais, não é somente a efetivação das possibilidades lógicas essenciais dos Livros I e II, mas é, ao mesmo tempo, a abertura lógica para a possibilidade de outros níveis de efetividade mais completa, a saber, as classes sociais em sua totalidade e relação. O conceito de capital, por isso, só pode ser completamente desenvolvido quando chega-se às classes em sua interação, ou melhor, na luta de classes como seu fundamento, tal como já afirmamos anteriormente. Por isso, o fim é o fundamento que se põe como necessidade:

“Assim, no método dialético, avançar é um retroceder (...). O começo pressupõe assim o fim, fim que, na verdade, é princípio, *arkhé*, fundamento originário. Por isso mesmo, em *O Capital* (...) desde o começo já se pode pressupor o fim, princípio pressuposto que produz o começo. Portanto, o princípio (que é fim) está lá já encadeado ao começo

desde o começo, desta maneira, desde o começo está lançado e encadeado, com férrea necessidade” (BENOIT, 1996, p.22).

De fato, o que se coloca no fim do processo dialético é, na verdade, seu fundamento, aquilo que nele é necessário. Suas formas possíveis, isto é, ainda não realizadas logicamente em sua totalidade, são um processo no qual o princípio pressuposto é posto como não-hipotético, como prova científica segundo o método dialético-conceitual. Por isso, a efetividade imediata deve dar lugar a uma efetividade mais essencial, mais fundamental e necessária: “A efetividade desenvolvida, enquanto permita – que recai na unidade – do interior e do exterior, a permita de seus movimentos opostos, que são reunidos em um só movimento, é a necessidade” (HEGEL, 1995, p.274).

### **O caráter epistêmico da crítica da Economia Política**

Essas ponderações iluminam aquilo que é preciso compreender sobre o significado do caráter epistêmico da crítica da economia política, pois colocam em jogo dois níveis distintos da análise estrutural. Tal como Marx coloca já no primeiro parágrafo do Livro III, isso é de fundamental importância:

“As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção” (MARX, 1988, p.23 [C. III, vol. IV]).

Postula-se, aqui, a diferença entre os níveis da análise dialética do conceito de capital, de modo que se distingue entre as suas formas internas e suas formas aparentes. Entretanto, o ponto culminante para compreender o conceito de crítica científica consiste em apreender como o nível interno do conceito de capital é transmutado para o nível aparente. Ou seja, não se trata de encontrar uma substância que se esconde por detrás e além dos fenômenos, independente deles, mas de apreender como esta 'substância'

compreende um movimento de externalização até aparecer na superfície como aparente.

A substância é o fenômeno na forma como ele aparece. Os fenômenos imediatos devem ser compreendidos não como formas descartáveis, como na velha metafísica, mas como modo peculiar da própria substância de existir. O preço de custo e de produção, o lucro e a taxa de lucro, o crédito e o juro, não são formas das quais o capital pode se desvencilhar como particularidades passíveis de serem suprimidas sem intervir no próprio conceito de capital. Ao contrário, estas categorias, que surgem na superfície da sociedade, devem ser compreendidas como desenvolvimentos das próprias leis internas, isto é, elas são as próprias leis internas do capital em outro nível de desenvolvimento lógico. É por isso que “essas formas concretas de produção capitalista só podem ser apresentadas compreensivelmente depois que a natureza geral do capital for compreendida” ((MARX, 1988, p.85 [C. III, vol. IV]).

A passagem dialética abstrato-concreto deve ser analisada nesta ótica, uma vez que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (MARX, 1988, p. 253 [C. III, vol. V]). Esta frase, porém, muito citada mas pouco compreendida na literatura marxista, carrega o paradigma da dialética de Marx. Veja-se como se destaca que a forma de manifestação e a essência das coisas não coincidem, mas somente *imediatamente*. Ou seja, elas devem coincidir, mas não de maneira direta, imediata. Nisso consiste o conceito de mediação, que é de fundamental importância para a crítica científica de Marx. Noutra passagem fica claro a intenção da crítica marxiana:

“se é uma tarefa da ciência reduzir o movimento visível e apenas aparente ao movimento real interno, então é evidente que nas cabeças dos agentes capitalistas da produção e da circulação têm de se constituir representações sobre as leis da produção que divergem completamente dessas leis e que são apenas a expressão consciente do movimento aparente” (MARX, 1988, p. 234 [C. III, vol. V]).

Veja-se como Marx correlaciona o 'movimento visível e apenas aparente' com as 'representações sobre as leis da produção'. A mesma correlação aparece na citação mais acima, entre as

configurações tal como 'aparecem na superfície da sociedade' e na 'consciência costumeira dos agentes da produção'. Assim, não somente Marx conceitua dialeticamente uma 'substância' que é ela mesma sua forma de aparecimento, mas também esta passagem dialética do abstrato ao concreto compõe justamente a chave de compreensão para a crítica científica que se volta contra a forma representativa de investigação. Há aqui, portanto, uma contraposição entre o conhecimento conceitual e conhecimento representativo.

Seguindo a lógica dialética de Hegel, Marx não somente compreende que “provar significa em filosofia o mesmo que mostrar como o objeto se faz – por si mesmo e de si mesmo – o que ele é” (HEGEL, 1995, p.169), e que, na medida em que a “essência deve *aparecer*”, ela “não está *atrás* ou *além* do *fenômeno*; mas, porque é essência que existe, a existência é fenômeno” (HEGEL, 1995, p. 250); mas também, Marx compreende que o significado disso, como crítica científica, consiste em contrapor-se à “peculiaridade da representação [que] deve ser posta (...) em que tal conteúdo permanece igualmente isolado em sua singularidade” (HEGEL, 1995, p.70), e essa forma representativa “eleva o conteúdo pertencente à percepção, ao sentimento e à intuição, à *forma de representações, proposições e leis, etc., universais*” (HEGEL, 1995, p. 103). O grande defeito do conhecer representativo consistiria, portanto, em que:

Para a consciência comum (isto é, a sensibilidade e entendimento) os objetos, sobre os quais sabe, valem em sua singularização como autônomos e repousando sobre si; e, enquanto se mostram como referidos um ao outro, e condicionado um pelo outro, essa sua dependência recíproca é considerada como algo exterior aos objetos e não pertencente à sua essência (HEGEL, 1995, p. 116).

Com isso, Marx, na linha de desenvolvimento dialético de Hegel, contrapunha-se ao conhecimento representativo do entendimento. O conhecimento dialético-conceitual não se limita às representações autonomizadas e relacionando-se externamente. O paradigma da passagem dialética abstrato-concreto deve ser compreendida no sentido de uma crítica à representatividade do entendimento. Porém, o caráter desta crítica científica ao procedimento representativo só atinge sua plena significação na

medida e que se apreende que esta passagem abstrato-concreto só se realiza imanentemente. Caso contrário, se retornaria à representatividade de categorias que apenas se tocam no seus limites, sem sua interpenetração. O desenvolvimento conceitual das categorias só pode realizar-se segundo sua lógica internamente desenvolvida. O lucro não pode ser compreendido senão como desenvolvimento a partir da mais-valia, assim como o preço de custo e de produção a partir do desenvolvimento da composição orgânica de capital constante e variável. Por isso, novamente Hegel:

“A reflexão [compreenda-se entendimento (AC)] é, antes de tudo, o ultrapassar sobre a determinidade isolada, e um relacionar dessa última pelo qual ela é posta em relação – embora sendo mantida em seu valor isolado. A dialética, ao contrário, é esse ultrapassar *imane*nte, em que a unilateralidade, a limitação das determinações do entendimento é exposta como ela é, isto é, como sua negação (...). O dialético constitui pois a alma motriz do progredir científico; e é o único princípio pelo qual entram no conteúdo da ciência a *conexão* e a *necessidade imanes*tes” (HEGEL, 1995, p. 163).

A falta desta conexão internamente lógica do desenvolvimento conceitual resultaria justamente na representatividade que a crítica científica busca superar. Esta lógica imanente, que caracteriza o conhecimento dialético-conceitual, deve orientar as investigações do método expositivo de *O Capital*. O imenso debate sobre o método de abstração deixou isso de lado, e quando muito colocou sua problemática fora do nível estrutural da exposição. O método de abstração só pode ser compreendido corretamente se se compreende que os níveis mais abstratos de *O Capital* servem para colocar as leis universais do sistema, aquelas que estão presentes em todas as suas manifestações, e que se consolidam como condições lógicas de possibilidade para a passagem rumo ao concreto. E de fato, o concreto, por sua vez, deve ser compreendido como aquilo que é efetivo. Deve-se atentar, aqui, para o termo alemão de 'realidade'. A palavra que corresponde a realidade é o termo *Wirklichkeit*, que por sua vez deriva do termo *wirken*, que significa no português *atuar, fazer efeito*. Assim, *Wirklichkeit* consiste, na dialética, na realidade que é efetiva, ou seja, na realidade que só é

concreta porque nela atua, se faz efeito, uma lógica interna que permeia todas as suas formas e fundamenta sua externalização na existência como fenômeno que aparece. Neste sentido, é preciso também distinguir, em Hegel, os conceitos de *Wirklichkeit* e de *Existenz*. Se, como vimos, *Wirklichkeit* compreende aquilo que logicamente é real, onde as potências lógicas atuam, por outro lado, aquilo que somente existe, o que é somente *Existenz*, contrapõe-se como aquilo que é irracional, ou seja, aquilo em que não atuam suas potências lógicas, que é casual ou contingente. “A razão exige, em geral, que tais feitos se encontrem no mundo, mas não precisamente o feito irracional. Por isso a filosofia não tem que 'deduzir' nenhum feito dessa espécie; e para Hegel tais feitos formam uma grande quantidade na natureza e no mundo social” (ROYCE, 1952, p.266).

Do mesmo modo, Marx não se preocupa com aquilo que não determina a lógica interna do sistema capitalista, tal como a renda das diversas classes secundárias, as formas políticas derivadas, entre outras coisas. Desvencilha-se, portanto, daquilo que não é efetivo, daquilo que não expressa uma exteriorização da lógica interna do real. O conhecimento dialético-conceitual, por isso, se preocupa com aquilo que é uma “efetividade genuína, que é a expressão visível ou fenomênica e, enquanto tal, relativamente adequada de um princípio racional” (ROYCE, 1952, p.266). Por isso Hegel afirmar: “A efetividade é a unidade, que veio-a-ser imediatamente, da essência e da existência, ou do interior e do exterior. A exteriorização do efetivo é o efetivo mesmo, de modo que nela fica igualmente um essencial, que só é essencial enquanto está em uma existência exterior imediata” (HEGEL, 1995, p.266).

O estudo sobre o método de abstração de Marx deve compreender, como dissemos, os níveis de efetividade do conceito de capital a partir da colocação de sua lógica interna. O concreto só é concreto porque é efetivo, porque nele atua as leis abstratas do capital como sua lógica interna, pois “a efetividade é, contudo, o que há de mais abrangente; porque como pensamento concreto, em si contém a possibilidade como um momento abstrato” (HEGEL, 1995, p.269). De fato, se 'a efetividade é o que há de mais abrangente', isso só é real porque nela estão contidas não somente suas possibilidades lógicas enquanto leis abstratas, mas porque estas tomaram a forma da realidade concreta. Somente neste sentido é que, em nossa



compreensão, o método expositivo pode ser colocado como abrangendo o método de abstração, como incluindo em si o abstrato e o concreto e sua progressão. E somente assim é que de fato estará “espelhada idealmente agora a vida da matéria” (MARX, 1988, p.26 [C. I, vol. I]), isto é, o método expositivo constituir-se-á na interpenetração com seu objeto, pois se poderá “expor adequadamente o movimento real”, terá conseguido, junto ao método de investigação, “analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima” (MARX, 1988, p.26 [C. I, vol. I]).

### **Referências bibliográficas**

BENOIT, Hector. *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. Revista Crítica Marxista, n.03. Editora Brasiliense, 1996.

BOURGEOIS, Bernard. *Dialética e Absoluto em Hegel*. In: Revista Eletrônica Estudos Hegelianos. Ano 2. Nº 3, 2005.

GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulacion y del derrumbe del sistema capitalista: una teoria de la crisis*. Trad. Juan Behrend. 2ª edição. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1984.

HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas – em compêndio*. Trad. Paulo Meneses, colaboração Pe. José Machado. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses, colaboração Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado - 3ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe - 3ª ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os economistas). Indicando Livro seguido do volume em números romanos entre colchetes.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse – Foundations of the Critique of Political Economy*. Translated with a Foreword by Martin Nicolaus. London: Penguin Books, 1993. Utilizamos-nos de tradução livre para o português.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. Trad. Edgar Malagodi - 2ª ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.